



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

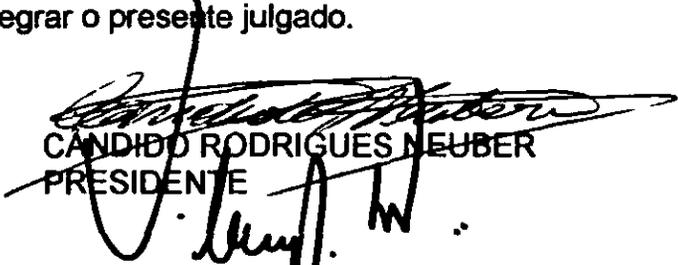
Processo n.º : 10480.014104/96-61
Recurso n.º : 120.894
Matéria : IRPJ e OUTROS - Ex(s): 1992
Recorrente : ATACADO DOS PRESENTES LTDA.
Recorrida : DRJ em RECIFE/PE
Sessão de : 20 de fevereiro de 2002
Acórdão n.º : 103-20.837

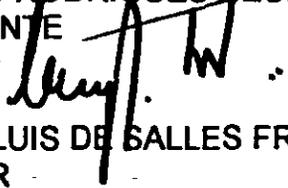
RECURSO – GARANTIA PREMONITÓRIA – CASSAÇÃO DE LIMINAR

Cassada a medida liminar e sobrevindo sentença negativa do "writ" sem que o sujeito passivo recorrente tenha apresentado garantia para o conhecimento do apelo nos termos da Medida Provisória 1.620/97 não se conhece do apelo por falta de um dos pressupostos para a sua admissibilidade na instância superior.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ATACADO DOS PRESENTES LTDA.,

Acordam os Membros da Terceira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO TOMAR conhecimento do recurso por não satisfeitos os requisitos de admissibilidade, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.


CANDIDO RODRIGUES NEUBER
PRESIDENTE


VICTOR LUIS DE SALLES FREIRE
RELATOR

FORMALIZADO EM: 25 MAR 2002

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes conselheiros: NEICYR DE ALMEIDA, MÁRCIO MACHADO CALDEIRA, MARY ELBE GOMES QUEIROZ, ALEXANDRE BARBOSA JAGUARIBE, JULIO CEZAR DA FONSECA FURTADO e PASCHOAL RAUCCI.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo n.º : 10480.014104/96-61

Acórdão n.º : 103-20.837

Recurso n.º : 120.894

Recorrente : ATACADO DOS PRESENTES LTDA.

RELATÓRIO COMPLEMENTAR

Retornam os autos a esta Câmara a partir da seqüência aos termos da Resolução no. 103-01.719, votada em sessão de 11 de maio de 2.000, oportunidade em que se buscou verificar da outorga ou não de liminar ao sujeito passivo recorrente para o conhecimento do apelo nesta instância e, a seguir, se presente a mesma, questionar a Fiscalização sobre parecer conclusivo em faces de certos documentos acostados à peça recursal.

A diligência foi cumprida apenas no tocante à vigência da liminar, prejudicando-se no mais pela inércia do contribuinte (fis. 1124/1131).

É o relatório complementar.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

Processo n.º : 10480.014104/96-61
Acórdão n.º : 103-20.837

VOTO

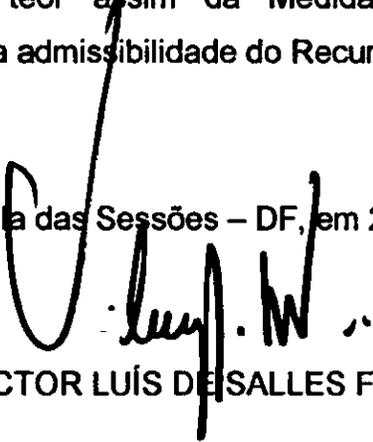
Conselheiro Victor Luis de Salles Freire, Relator,

Na oportunidade anterior, quando o julgamento foi convertido em diligência já atentara este Relator para o fato de que efetivamente o apelo foi interposto no trintídio.

As dúvidas quanto à vigência da liminar se dissiparam na medida em que a certidão colacionada pela Fiscalização (fls. 1126) denota sua cassação e mesmo a negativa de provimento à apelação que se voltou contra a sentença denegatória do "writ". Observa-se, ademais, que o recurso pendente não tem efeito suspensivo e o contribuinte não acostou aos autos prova de que se tivesse valido, na supressão da liminar, por outra garantia prevista em lei.

A teor assim da Medida Provisória 1.620/97 falta o segundo pressuposto para a admissibilidade do Recurso, razão pela qual voto no sentido de não conhecê-lo.

Sala das Sessões – DF, em 20 de Fevereiro de 2002


VICTOR LUÍS DE SALLES FREIRE



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	T.V.F.		A. I.		VALORES EM CR\$ LEGENDAS: Anos-Calendarário (01) - 1991 (02) - 1.º Sem. de 1992 (03) - 2.º Sem. de 1992	VALORES EXONERADOS EM CR\$ APÓS DECISÃO DO RECURSO VOLUNTÁRIO		
	Item	Fis.	Item	Fis		Anos-Base/Calendarário		
					1991	SEMESTRES		
						1.º	2.º	
Recetas Financeiras Não-Contabilizadas	03	207	1	700	(01) 179.332.032,17 (03) 3.078.937,88	7.426.669,90	NHIL	50.992,92
Passivo Fictício	01	182	2	700	(01) 19.697.152,60	RO	NHIL	NHIL
Omissão de Receitas - Depósitos Judiciais Não-Contabilizados	04.1	208	3	701	(01) 5.192.666,57	VM	NHIL	NHIL
	04.2	208	3	701	(03) 561.663.253,77	NHIL	NHIL	VM
Custos ou Despesas Não-Comprovados	02.8.1	201/3	4	701	(01) 57.887.171,32	VM	NHIL	NHIL
	02.8.2	203/7	4	701	(02) 224.506.973,79 (03) 3.229.660.407,24	NHIL	70.452.408,00	285.975.343,56
Custos ou Despesas Não-Comprovados	02.7.1	199/0	5	702	(01) 369.603.502,16	151.576.580,06	NHIL	NHIL
	03.2	200/1	5	702	(02) 824.701.431,21 (03) 7.074.727.599,35	NHIL	765.872.075,88	2.741.125.394,13
Bens de Natureza Permanente Deduzidos Como Despesa	02.2.1	191	6	702/3	(01) 1.371.793,40	NL	NL	NL
	02.2.2	191	6	703	(02) 2.400.000,00 (03) 10.800.000,00	NL	NL	NL
Pagamentos a Pessoas Fisicas Vinculadas - DDL	02.6.1	197	7	703/4	(01) 1.300.345,00	VM	NHIL	NHIL
	02.6.2	198	7	704	(02) 9.354.000,00 (03) 217.625.140,56	NHIL	VM	VM
Pagamentos Sem Causa	02.3.1	192/3	8	704	(01) 331.143.708,30	295.936.320,76	NHIL	NHIL
	02.3.2	193/6	8	704	(02) 634.463.888,26 (03) 3.186.156.376,63	NHIL	619.811.050,66	2.764.849.068,03
Glosa de Despesas com Conservação de Bens e Instalações	02.1.1	182/7	9	704/5	(01) 192.769.203,01	VM	NHIL	NHIL
	02.1.2	188/190	9	705	(02) 189.263.156,80 (03) 647.583.882,86	NHIL	VM	VM
	02.4.1	196	10	705/6	(01) 1.132.352,42	NL	NL	NL
Despesas Indeeditáveis (Em duplicidade e em desacordo comos documentos)	02.5.1	197	10	705/6	(01) 630.730,00	NL	NL	NL
	02.4.2	196/7	10	706	(02) 16.830.837,50 (03) 14.574.598,00	NL	NL	NL
	02.5.2	196/7	10	706	(03) 10.090.890,00 (03) 100.000,00	NL	NL	NL

Sala de Sessões - DF Em 21/02/2002

NEICYR DE ALMEIDA

127.677*MSR*13/03/02